NEWS LETTER

junho-julho'15

índice

02 **Carta aos sócios**
As músicas e os pequenos públicos: infâncias, espaços das crianças e reportórios musicais

05 **Projeto Cantar Mais**
Agenda junho /julho

06 **Nós por cá**
- 2º Concurso de Composição – termina a 15 de julho
- A APEM - preparação EN 2015 divulgar os convidados -
- Movimento Associativo

10 **Perguntámos a...**
- Teresa Fonseca
- Conceição Lobato Leite
- Luís Filipe Fernandes

16 **O que já se escreveu**
Margarida Fonseca Santos, 2004

20 **Última**

Fundação Calouste Gulbenkian
21 novembro _ 09:00h – 18:00h

Encontro Nacional APEM 2015

CANTAR MAIS e a Criatividade no Ensino da Música nos primeiros anos de escolaridade

O prazo de envio das canções termina a 15 de julho.

2º concurso de composição de canções para crianças sobre poemas portugueses

iniciativa
associação portuguesa de educação musical

apoio
INATEL FUNDAÇÃO
GOVERNO DE PORTUGAL

Carta aos **sócios**

As músicas e os pequenos públicos: infâncias, espaços das crianças e reportórios musicais

As conceptualizações e operacionalizações relacionadas entre as músicas e os pequenos e jovens públicos têm-se situado, no contexto da sociedade portuguesa e de um modo muito simplificado, numa tensão que se situa, por um lado, nas designadas "músicas, canções infantis" e, por outro, na construção de "músicas para crianças". Envolvendo em ambos os casos alguns elementos do imaginário das crianças, o que as distingue é que no primeiro caso, o assento está numa linguagem musical e poética "dita acessível", muito próximo de questões relacionadas com o mercado, e noutro, a ênfase situa-se no pensar as crianças como crianças com determinados graus de desenvolvimento intelectual, técnico e artístico. Basta fazer uma pequena pesquisa pelo Youtube para constatar a predominância do primeiro caso em relação ao segundo. Quer no contexto nacional quer no contexto internacional.

Ora o que está aqui em causa, e de uma forma muito breve, relaciona-se não só com a conceptualização do que é, são as infâncias. Com efeito, os diferentes modos como se pensa acerca do que são as crianças conduzem a diferentes tipos de infâncias, diferentes tipos de "serviços" e diferentes modos de trabalhar com elas, envolvendo escolhas políticas e éticas.

Assim, nesta relação entre as músicas e pequenos públicos interessa sobretudo pensar no que se pode designar como "espaços das crianças".

Peter Moss e Pat Petrie, num livro de 2002 intitulado From Children's Services to Children's Spaces: Public Policy, Children and Childhood , escrevem que "os espaços das crianças" "são espaços físicos (certamente), mas são espaços simultaneamente sociais, culturais, discursivos – espaços criados como serviço público, lugares de vida cívica (em contraponto a lugares destinados a transações comerciais). Nestes lugares, as crianças encontram-se umas com as outras e com os adultos. Tais lugares colocam o presente em primeiro plano, mais do que pensarem no futuro: são parte da vida, não apenas a preparação para a vida. São espaços para os temas de interesse das crianças, ainda que não excluam as "agendas intencionais" dos adultos. Nestes espaços as crianças são reconhecidas como cidadãs com direitos, membros participantes de grupos sociais de que fazem parte, agentes das suas próprias vidas, mas, também, interdependentes dos outros, co-construtoras de saberes, de identidades e de cultura, crianças que coexistem e convivem com as outras crianças, na base do que são, mais do que daquilo que possam vir a ser. Os espaços das crianças são para todas as crianças uma base democrática, cruzando diferentes grupos sociais. São espaços para a "criança total" (Dewey), não para a criança seccionada de muitos "serviços para as crianças".

Esta citação remete para algo que me parece de grande importância: o reconhecimento das crianças como atores sociais e como cidadãos interdependentes que, de modos diferenciados, são co-construtores de saberes e das suas próprias vidas, reais e imaginárias.
Neste contexto, importa produzir um trabalho, utilizando as palavras de João Teixeira Lopes, direcionado para o envolvimento direto das crianças "enquanto praticantes culturais de pleno direito e não apenas confinados ao papel de consumidor e/ou recetor, apostando, entre outras estratégias, na captação dos grandes temas do seu quotidiano, cruzando-os com preocupações estéticas nas diferentes formas de expressão artística e a vários níveis de cultura (popular, erudito, de massas)".

Isto significa a relevância da reconfiguração das práticas artísticas, pelo menos de algumas, no interior das escolas e de diferentes comunidades educativas, na dimensão de criação, experimentação, interpretação e fruição, procurando corresponder a um dos desafios fundamentais da sociedade portuguesa contemporânea: a pertinência de uma sociedade mais culta que potencie a convivialidade entre diferentes e o alargamento dos quadros de referências. Sem isto ficamos à mercê das regras de mercado e a contribuir para o desenvolvimento de "ignorâncias ignorantes" destruindo as capacidades de invenção e de recriação dos imaginários e de potenciar a energia disruptiva e criativa existente nas infâncias como modos de viver, construir e compreender os diferentes mundos. De potenciar "ignorâncias sábias".

António Ângelo Vasconcelos

Cantar mais

Agenda junho /julho

Durante o mês de junho realizou-se mais um conjunto de gravações de canções ficando na totalidade gravadas 83 canções.

Relativamente à produção áudio, passada a fase de captação de grande parte das vozes, o trabalho centrou-se na escolha e edição dos takes e no processo de mistura propriamente dito, trabalhando-se aspectos como a equalização, compressão, alinhamento, espacialização das vozes, entre outros.
O trabalho de produção visa agora reforçar a identidade artística de cada canção e também preparar a fase de masterização, sendo que algumas estão já concluídas.

Continua a desenvolver-se o processo de elaboração dos materiais pedagógicos pela equipa de colaboradores do Projeto e o processo de revisão segue em simultâneo.

Nós por cá

2º concurso de composição de canções para crianças sobre poemas portugueses

iniciativa

apem associação portuguesa de educação musical

apoio

INATEL FUNDAÇÃO · GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA · direção-geral educação

- Está a decorrer o 2º Concurso de Composição de Canções para Crianças sobre Poemas Portugueses aberto desde maio e a APEM tem vindo a receber as candidaturas.

- O prazo de envio das canções a concurso termina a 15 de julho de 2015.

Encontro Nacional da APEM 2015

CANTAR MAIS e a Criatividade no Ensino da Música nos primeiros anos de escolaridade

Sábado, 21 de novembro
2015 na Fundação Calouste Gulbenkian

Cantar Mais
e a Criatividade no Ensino da Música nos primeiros anos de escolaridade

2 conferências, 1 mesa redonda, 3 workshops,
o lançamento público do Projeto Cantar Mais e Concerto Final.

Em breve, a divulgação de todo o programa.
Reserve já o seu dia!

Movimento Associativo

Assembleia Geral da APEM

Realizou-se a 7 de julho de 2015 às 17h30 a Assembleia Geral da APEM com a seguinte ordem de trabalhos:

a) Aprovação da Ata da Assembleia Geral de 29 de setembro de 2014;

b) Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direção e Parecer do Conselho Fiscal do ano 2014/2015;

c)Aprovação do Relatório de Atividades do ano 2014/2015;

d) Outros assuntos.

Ver convocatória aqui:
https://publicacoes.mj.pt/DetalhePublicacao.aspx

Quota 2015/2016

Está a pagamento a quota referente ao ano estatutário de 2015/2016.
Não se atrase, regularize a sua quota. Colabore!

Colaboradores voluntários precisam-se!

Já pensou em disponibilizar uma pequena parte do seu tempo para a APEM?
Esta colaboração pode fazer toda a diferença.
Escolha a área que mais lhe interessa:

- Apoio ao Centro de Documentação da APEM – Biblioteca
- Apoio às atividades do Centro de Formação da APEM
- Revisão de textos e materiais pedagógicos
- Pesquisa e organização de materiais para publicação on line
- Apoio no Secretariado da APEM
- Colaboração na organização de eventos

Venha ter connosco!

Perguntámos a...

Teresa Fonseca,
sócia da APEM, professora de Educação Musical há 32 anos do Quadro de Escola do AE Fernando Pessoa em Santa Maria da Feira.

A reorganização curricular de 2012 (DL 139/2012 de 5 de julho) introduziu alterações na organização e gestão do currículo , nomeadamente na carga horária da educação musical, na oferta complementar e na oferta de escola.
Que consequências teve esta alteração na sua prática letiva e nas aprendizagens dos alunos, nos projetos musicais na escola e no trabalho com o grupo de educação musical ou outros professores do Agrupamento desde então?

Sou professora de Educação Musical do Ensino Básico, segundo ciclo, desde 1983.
Durante todo este percurso, a disciplina de Educação Musical foi sofrendo alterações. Inicialmente com a carga horária de cinquenta minutos duas vezes por semana, implicava um elevado número de turmas por professor, não permitindo um desenvolvimento muito alargado de sensibilização para a Música. Após algumas lutas, foi possível alterar a carga horária passando a três tempos letivos semanais, diminuindo assim, o número de turmas para cada docente, permitindo um maior e melhor conhecimento dos alunos e consequentemente um trabalho mais aprofundado e enriquecedor com os mesmos.
Triste é constatar que, e passo a expressão, foi sol de pouca dura. Regredimos, voltando aos dois tempos letivos semanais.

No que concerne à disciplina de Música no terceiro ciclo, ainda estamos em pior situação. Na minha escola, Escola Básica Fernando Pessoa em Santa Maria da Feira, agora agrupamento, a disciplina de Música deixou de existir como opção, pelo número pouco significativo de inscrições. Face a esta situação, estando eu a chegar à escola, apresentei como oferta de escola a disciplina de Música, Movimento e Drama, tendo sido aceite. Durante dois anos letivos consecutivos, a disciplina funcionou com enorme sucesso, desenvolvendo atividades diversificadas, designadamente a apresentação de espetáculos à comunidade. Criou uma enorme dinâmica na escola, favorecendo a interdisciplinaridade, assim como uma forte ligação à comunidade exterior. No ano seguinte, por necessidade da escola esta opção deixou de existir, para descontentamento de todos, especialmente dos alunos.

Como causa principal, a diminuição de alunos, o aumento de alunos por turma, e consequentemente a diminuição do número de turmas por professor. Ainda a agravar a situação, a existência de turmas do ensino articulado da Música, que na minha opinião não é de todo uma solução para a promoção deste ensino, vem retirar horas aos docentes do quadro de agrupamento. De cinco docentes, aquando da minha chegada a esta escola, restam dois, que englobam todas as turmas do segundo ciclo, e um dos professores já não tem horário completo.
O mesmo se verifica noutras áreas do departamento de expressão. Com toda esta situação a escola viu-se obrigada a optar por outra oferta de escola para colmatar o défice de horas para os professores do quadro, no caso do departamento de expressões.

Conceição Lobato Leite,
sócia da APEM, professora de Educação Musical há 29 anos do Quadro de Escola do AE de Esmoriz-Ovar.

A reorganização curricular de 2012 (DL 139/2012 de 5 de julho) introduziu alterações na organização e gestão do currículo , nomeadamente na carga horária da educação musical, na oferta complementar e na oferta de escola.
Que consequências teve esta alteração na sua prática letiva e nas aprendizagens dos alunos, nos projetos musicais na escola e no trabalho com o grupo de educação musical ou outros professores do Agrupamento desde então?

Sou professora de Educação Musical do ensino básico desde 1986. Durante todos estes anos a minha experiência profissional foi desenvolvida com muita motivação através de uma formação contínua significativa, procurando o sorriso e a alegria dos alunos ao fazerem música. A reorganização curricular teve consequências na minha prática letiva, mas para se compreender a situação profissional que vivi desde o ano lectivo de 2012/2013 até à presente data, devo referir outras decisões governamentais com mais implicações.

Tudo começou com o Regime de Autonomia, Administração e Gestão de Escolas ao (DL 75/2008 de abril), o agrupamento a que passei a pertencer foi 'construído' com duas escolas de 2º e 3º ciclo; várias escolas de 1º ciclo e por uma escola secundária que se tornou a escola sede. Dada a conjuntura social, sobretudo a baixa natalidade que na região onde a escola está integrada era já muito notória, das quatro professoras de educação musical que faziam parte do quadro do agrupamento, apenas duas tiveram horário completo. 50% do grupo disciplinar ficou sem alunos!! Ainda de acordo com o mesmo decreto, nesta grave consequência está incluída também a decisão de retirar a disciplina de Música no 3º ciclo que em ambas as escolas do 2º/3º ciclo existia. Apesar de ambas as escolas, em relação às atividades musicais, terem um historial muito gratificante e valorizado, com muitas iniciativas em articulação com a comunidade, o que pesou mais na decisão através da autonomia do agrupamento foi precisamente a mesma situação de colegas de outras áreas artísticas, iriam ficar em horário zero.

Com todo este contexto, estes últimos três anos letivos foram então bastante atribulados. Todos os anos tive de concorrer para a Mobilidade Interna. Comecei de novo a concorrer para inúmeras escolas à procura de um lugarzinho onde pelo menos tivesse seis horas de componente letiva. No entanto, por razões diversas, fiquei sempre no meu agrupamento. Passei a realizar serviço muito diversificado, desde as normais aulas de educação musical com cargo de diretora de turma, apoio na biblioteca, apoio aos alunos do 1º ciclo nas dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita, até à coadjuvação de aulas de educação musical do 2º ciclo! E muito mais haveria para contar…

Depois de todas estas decisões, para a minha situação profissional as implicações relacionadas com a reorganização curricular não foram tão relevantes mas foram bem sentidas. O aumento do número de alunos por turma dificultou deveras a minha prática letiva afetando seriamente a minha filosofia de ensino. Por exemplo, fazia parte das tarefas da sala de aula trabalhos de grupo de composição desenvolvendo assim a criatividade dos alunos, atividade que se tornou mesmo impossível de se concretizar. Pela observação do trabalho das minhas colegas, o excesso de turmas também complicou a organização de atividades extra aula que na nossa disciplina fazem todo o sentido. Até mesmo os clubes de música e as parcerias com outras disciplinas ficaram subjugadas a diversas questões nomeadamente aos horários dos alunos. Em relação ao 3ºciclo, observo pela experiência de outras colegas que a redução da carga letiva comprometeu o trabalho que se conseguia desenvolver e que tinha muito sucesso.

Para terminar de uma forma mais otimista, devo dizer que o Concurso Interno realizado este ano letivo colocou-me na situação profissional desejada, fiquei colocada noutra escola, mas tenho um lugar de quadro com horário completo. Espero voltar a ter a motivação de outrora pois esta nova realidade obriga a muito empenho e paciência por parte dos professores.

Luís Filipe Fernandes,
sócio da APEM , professor de Educação Musical há 23 anos do Quadro de Escola do Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz em Lisboa.

A reorganização curricular de 2012 (DL 139/2012 de 5 de julho) introduziu alterações na organização e gestão do currículo , nomeadamente na carga horária da educação musical, na oferta complementar e na oferta de escola.
Que consequências teve esta alteração na sua prática letiva e nas aprendizagens dos alunos, nos projetos musicais na escola e no trabalho com o grupo de educação musical ou outros professores do Agrupamento desde então?

A escola onde leciono desde sempre contemplou no 5º e 6º anos de escolaridade, três tempos de quarenta e cinco minutos de Educação Musical. Para o 3º ciclo, funcionou em "regime semestral" em articulação com outra área curricular; chegaram a ser no total quatro docentes (três com horário completo) que sempre se envolveram nos mais diversos projetos musicais de âmbito inter, multi e transdisciplinar.
Atualmente, com a carga horária constante do DL 139/2012, de 5 de Julho, o 2º ciclo dispõe anualmente apenas de dois tempos de quarenta e cinco minutos e o 3º ciclo somente de um tempo de quarenta e cinco minutos, estando tudo isto atribuído exclusivamente a um docente que ministra todas as turmas. É também de referir que para além da redução da carga horária e da diminuição da transição anual de alunos dos ciclos antecedentes - do JI para o 1º ciclo e deste para os seguintes - o aumento do número de alunos estabelecido como limite máximo de cada turma, faz com que haja menos docentes a ministrar esta (e outra qualquer) área curricular.
Neste Diploma, lê-se no seu Preâmbulo que o XIX Governo Constitucional pretende assumir no seu Programa "a educação como fator determinante para o futuro do país, tendo como principal objetivo o aumento da qualidade e do sucesso escolar". Na sua continuação, fala-se do "reforço das disciplinas fundamentais, tais como o Português, a Matemática, a História, a Geografia, a Físico-Químicas e as Ciências Naturais, na promoção do ensino de Inglês. (…) Adicionalmente, na área das expressões reafirma-se um reforço da identidade disciplinar". Muitas considerações se poderiam fazer sobre estes desideratos governamentais! Aqui ficam algumas.

Particularmente, na educação musical/música, estas alterações obrigaram a uma mudança/adaptação de paradigma, pois os alunos dispõem de menos espaço para apreender/assimilar/vivenciar algo que diz respeito ao seu quotidiano, às suas vivências e à dos seus colegas e familiares. O trabalho com os outros professores do Agrupamento passa agora por saídas pontuais da sala de aula, apostando-se em trazer à sala de aula alunos do Jardim de Infância e 1º ciclo, promovendo assim a articulação entre ciclos.

A educação deve procurar consciencializar os alunos para as suas raízes, de modo a transmitir-lhes referências que lhes permitam situar-se no mundo, ensinando também o respeito por outras culturas.

Este mundo global em que vivemos traz consigo pressões permanentes que têm de ser ultrapassadas: o universal e o individual, a tradição e a modernidade, o global e o local.

Ora, a Música dá um contributo ímpar para a consolidação das competências, oferecendo igualmente todo um potencial para a construção social e cultural da Humanidade. Neste sentido, as competências desenvolvem-se e constroem-se de forma a potenciar, através da prática artística, a compreensão e as interpelações entre a música na escola, na sala de aula e as músicas presentes nos quotidianos dos alunos e das comunidades.

Ninguém ainda constatou que a Música é um elemento importante na construção de outros olhares e sentidos? Ninguém ainda se apercebeu que a prática musical propicia a aquisição de uma terminologia específica que contribui para o enriquecimento do vocabulário geral do aluno e que a apropriação desses conceitos contribuem para um melhor entendimento da língua portuguesa? Ninguém ainda deu conta que o estudo de canções e peças musicais em línguas estrangeiras é um bom exemplo de como a música veicula a motivação e o treino para o uso de diferentes línguas? Ninguém ainda percecionou que a criação, interpretação e audição musicais são campos onde a pesquisa, seleção e organização da informação aparecem como aspetos relevantes para explicitar a razão de determinada opção artístico-musical? Ninguém ainda reparou que, pelo facto de a música acontecer em tempo real, implica, por quem a faz, uma capacidade de tomar decisões rápidas e coerentes, tanto sob o ponto de vista técnico como artístico? Ninguém ainda notou que as práticas musicais favorecem espaços de construção de singularidades, inovações, mudanças e adaptações a novos cenários? Ninguém ainda verificou que as práticas vocais e instrumentais são formas de perceção e consciencialização do corpo e que o envolvimento em práticas artísticas diferenciadas propicia mecanismos de bem-estar e de qualidade de vida?...

Importa conceber a educação "como um todo", não privilegiando determinadas áreas, em detrimento de outras.

Como estamos em época de "Santos Populares", que estas palavras não sejam como as de Santo António a pregar aos peixes ou S. João a clamar no deserto…

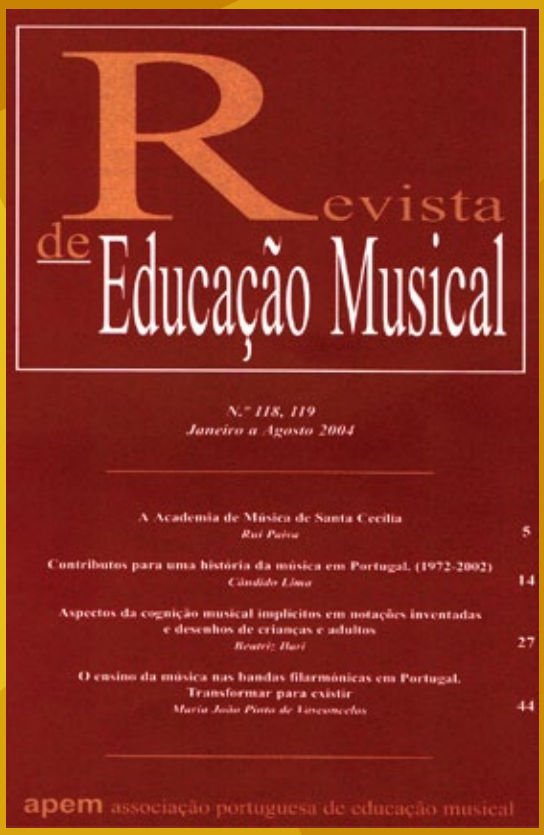
"Não pode haver uma personalidade completa sem música"

(Zoltan Kodaly)

O que já se **escreveu**

Para este final de ano letivo elegemos o artigo de Margarida Fonseca Santos "Quando a música e a literatura se tocam" publicado na Revista de Educação Musical n.º 118, 119 em 2004 e que considerámos ser um verdadeiro incentivo ao trabalho interdisciplinar e um apelo aos processos criativos na educação musical e artística.

A partilha de três experiências narradas na primeira pessoa na área da interdisciplinariedade da música e da literatura e vividas intensamente e refletidamente em vários projetos concretizou-se neste testemunho da Margarida Fonseca Santos que vale a pena ser lido e/ou relido.



A audição, a interpretação e a composição como dimensões do processo de ensino e aprendizagem aplicam-se às duas artes, música e literatura, que tão naturalmente se podem tocar.

Os diversos processos criativos da construção de textos/histórias e da música/canções são aqui pormenorizadamente contados e devidamente contextualizados sendo possível perceber os condicionalismos de cada situação e o que podemos fazer e alterar perante diversas realidades.

E citamos: "Talvez o que valha a pena frisar seja a proximidade da vivência e aprendizagem da língua materna e da música. Só se consegue ouvindo, experimentando, ouvindo, tentando, ouvindo, renovando, ouvindo...distinguimos o modo maior do modo menor com a mesma tranquilidade com que distinguimos o texto poético do descritivo. Sabemos se a música está equilibrada, fluida, da mesma forma que sabemos se o texto corre ou está cheio de buracos. Antes de qualquer sistematização passamos horas a sentir. O processo é o mesmo e por essa razão é extraordinariamente fácil juntar a música e o texto".

A ler na íntegra aqui:

http://www.apem.org.pt/page14/downloads/index.html

2º concurso de composição de canções para crianças sobre poemas portugueses

2015

Consulte o regulamento em:
http://www.apem.org.pt

iniciativa

apem associação portuguesa de educação musical

apoio

INATEL FUNDAÇÃO · GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA · direção-geral da educação

Informações e contactos: ***213 868 101*** • ***Tm. 917 592 504 / 960 387 244***
apem.educacaomusical@gmail.com

Encontro Nacional APEM 2015

CANTAR MAIS

e a Criatividade no Ensino da Música nos primeiros anos de escolaridade

Fundação Calouste Gulbenkian
21 novembro _ 09:00h – 18:00h

CONFERÊNCIA
Pam Burnard

CONFERÊNCIA/WORKSHOP
Richard Frostick

MESA REDONDA
Filipa Palhares/ Raul Avelãs/ Susana Milena

WORKSHOP 1
Helena Venda Lima

WORKSHOP 2
Paulo Colaço

WORKSHOP 3
João Tiago Oliveira

Apresentação do Projeto **Cantar Mais**

Encerramento
CONCERTO

iniciativa
apem associação portuguesa de educação musical

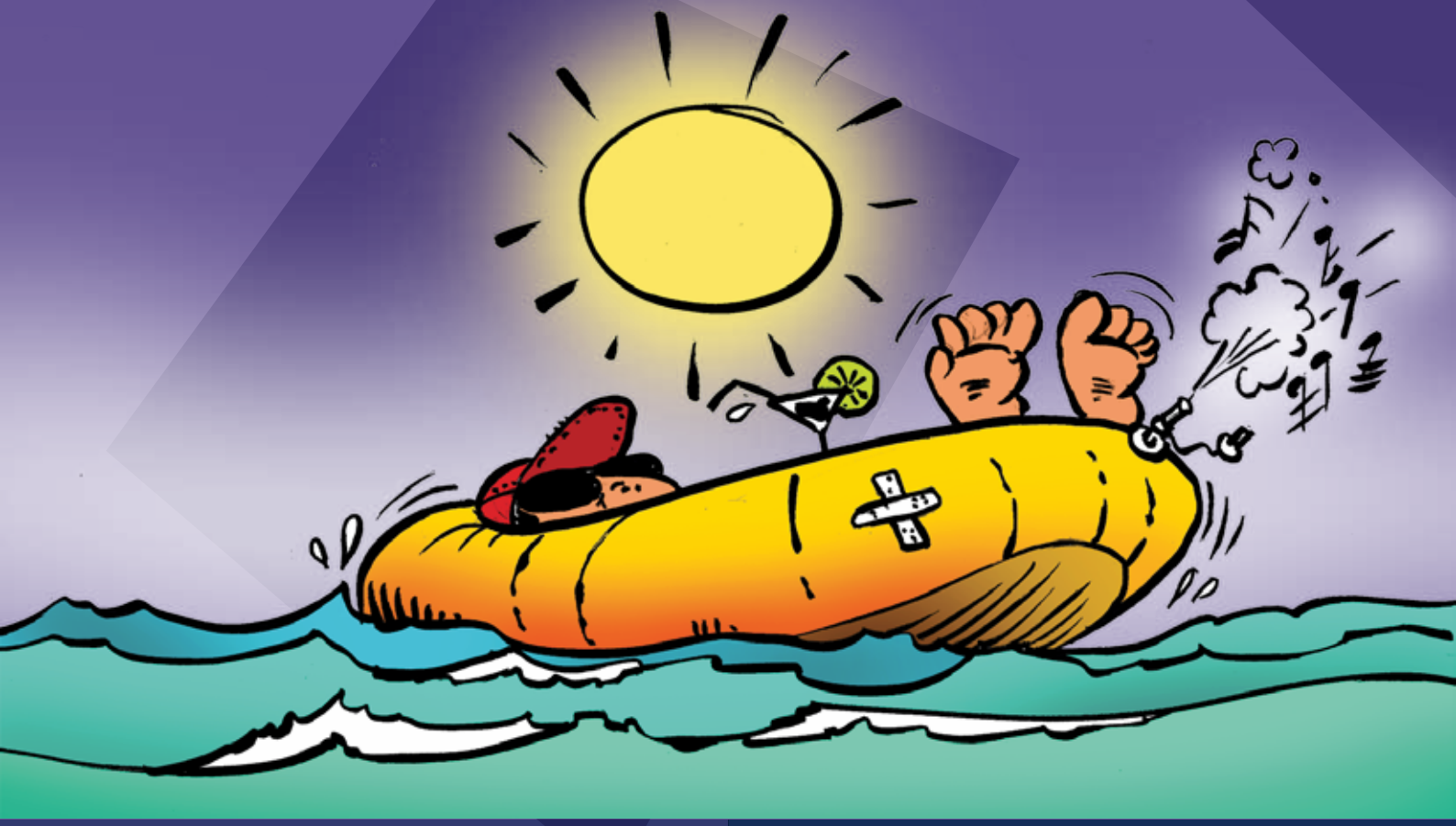
apoio
INATEL FUNDAÇÃO · GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA · direção-geral da educação · FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

A partir do dia 1 de junho entra o ano estatutário 2015/2016.
Colabore! Pague a sua quota. Valor da quota - €25/ano.

NIB: 0018 0000 0060 8889 0013 6
Solicitamos o envio do NIF.

Se ainda não regularizou as suas quotas de anos anteriores, ainda pode fazê-lo!
Entre em contacto connosco:
apem.educacaomusical@gmail.com

Boas Férias !
A APEMnewsletter despede-se até setembro!



Associação Portuguesa de Educação Musical
Rua D. Francisco Manuel de Melo, 36 , 1º Dto. 1070-087 LISBOA
de 2ª a 6ª feira
das 10h às 12.30h e das 14h às 17.30h
Tel. e Fax **213 868 101**
Tm. **917 592 504 / 960 387 244**
apem.educacaomusical@gmail.com

Ficha Técnica
Conceção e edição: **Direção da APEM**
Coordenação gráfica: **Henrique Nande** http://storyllustra.blogspot.pt
Colaboram neste número:
António Ângelo Vasconcelos, Ana Venade, Carlos Gomes, Manuela Encarnação, Henrique Piloto, Conceição Lobato Leite, Luís Filipe Fernandes, Margarida Fonseca Santos, Teresa Fonseca.
Contacto: **apem.news@gmail.com**